

Gestão do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo: Um esboço de formas de dominação e controle da mão de obra

Daniel dos Santos Simon de Carvalho*

Introdução

O trabalho é algo essencial para produção e reprodução da vida humana. Através do trabalho saciam-se as necessidades humanas, garantido assim nossa subsistência. No entanto, a forma como as relações produtivas são realizadas, ou socialmente constituídas, nos dizem bastante sobre como o trabalho nas sociedades é concebido. Pensá-las – isto é, as relações produtivas – revelam como o trabalho humano é usado e apropriado para legitimar determinadas relações e reproduzir seus valores vigentes.

Pensar em trabalho, portanto, significa pensar em dominação e conflitos, já que esse é um aspecto inerente ao sistema capitalista ao qual o trabalho está submetido. Se nós vivemos em um mundo profundamente desigual e dispare, isto é, tanto na esfera da produção de mercadorias, como na esfera da circulação; isso torna necessária a existência de formas de controle e gestão para que o trabalho explorado e alienado permaneça pelo menos na aparência, como simples “processo de trocas” entre o capital e o trabalho, mascarando as verdadeiras facetas desse processo.

Elege-se como referencial inicial deste trabalho a figura de Karl Marx, o primeiro pensador que conseguiu ir ao fundo de todas as nuances do trabalho em sua época, não se limitando as análises de consciência burguesa. Podemos pensar a partir do autor como uma classe dominante, isto é, a burguesia que controla os meios de produção, cria suas próprias representações para legitimar essa dominação. Nesse processo as classes trabalhadoras são envolvidas ou cooptadas para o trabalho, limitando assim a exploração de seu potencial com aquilo que é produzido.

Em um segundo momento será destrinchado como essas representações configuram-se dentro do mundo do trabalho nos séculos XX e XXI, trazendo exemplos de autores contemporâneos que abordaram essa temática.

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense e mestrando em sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

E concluindo serão citados alguns exemplos práticos de como essa dominação ou apropriação dos trabalhadores e de sua força de trabalho aparecem para eles mesmos, e o que as relações produtivas não permitem que seja percebido.

Karl Marx: Facetas da potencialidade humana e a produção de consciência

Em um primeiro momento é necessário expor sua metodologia de investigação. Para o autor, o estudo de qualquer fenômeno social deve ser compreendido a partir do “Geral para o particular” (MARX, p. 24, 1983). Isso ocorre pelo fato dos eventos não estarem aparentes em si mesmos, é preciso ir além, ou seja, para as categorias ontológicas reais. Em suma, para se determinar o real concreto é necessário ir além da abstração.

Desta forma, Marx critica a economia política esboçando seu método de fora para dentro, indo do “real e do concreto” (1983, p. 218). Essa criticidade opõe-se à concepção dialética em Hegel, que via o processo histórico de forma idealista. Marx por sua vez irá levar em conta aspectos materiais ignorados pelo primeiro autor. Em o método da Economia Política é ressaltada a necessidade de se ir para as “categorias gerais” (MARX, 2011). É preciso tomar o que já está dado, ou aquilo que foi abstraído. Por concreto podemos entender como a síntese de múltiplas determinações do real. Essa suposta síntese é o resultado do estudo, e não o seu início. Para o autor o método consiste em “elevar-se do abstrato ao concreto” (1983, p. 219), sendo esta a maneira para se “apropriar do concreto” e reproduzi-lo como “concreto espiritual”. Em suma, para Marx o que está dado enquanto aparência é falso. O que “salta aos olhos” precisa ser esmiuçado. Desta forma alcança-se a essência, para posteriormente explicar essa “aparência estranhada”.

Muitos esboços que Marx escreveu (às vezes em conjunto com Engels) foram deixados a “crítica dos ratos”, mas por sorte nossos amigos roedores foram bem gentis e permitiram que tais obras fossem apreciadas em nossa época atual. Partiremos dos *manuscritos-econômicos filosóficos* onde Marx trata a questão do trabalho “estranhado”¹. Segundo José Paulo Neto, este texto é muito pertinente pois representa a passagem do Marx “filósofo para o economista” (PAULO NETO, 2011), em que o autor começa a

¹ Existem algumas em controvérsias em relação aos termos empregados nesse estudo. Em traduções anteriores a edição utilizada, traduziu-se indiscriminadamente como “alienação” (*Entausserrung*), mas também se usa o termo “estranhamento” (*Entfremdung*). A opção será por usar o segundo termo, já que é o mais recorrente na segunda edição, e caso for necessário os termos serão diferenciados ao longo do texto.

problematizar a questão da insuficiência da economia política para entender as relações produtivas.

Seguindo seu método, o autor parte das categorias gerais da economia política. Inicialmente ele nos apresenta a premissa de que o trabalhador é rebaixado à condição de mercadoria, abaixo inclusive do produto em que foi empreendida sua força de trabalho. A miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à grandeza de produção (MARX, 2010). Lançado esse problema Marx começa sua exposição:

Agora temos, portanto, de conceber a interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação do trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência etc., de todo este estranhamento (*Entfremdung*) com o sistema do *dinheiro*. (MARX, 2010a, p. 80).

O que ocorre é que o processo de divisão do trabalho e a separação do trabalhador dos meios de produção gera um distanciamento que aniquila sua própria “humanidade”. Sua força de trabalho também se torna uma mercadoria. Esse processo de “mercantilização” faz com que o objeto produzido apareça como uma forma de *estranhamento* ao trabalhador, invertendo o sentido de sua criação. Em outras palavras: A mercadoria se apropria do criador. Por isso, a alienação é compreendida como uma não identificação do trabalhador com o processo que realiza, justamente por ele não ser senhor do seu processo de trabalho (MARX, 2010).

Mesmo sendo um texto de aspecto ensaísta, Marx começa a esboçar o que em sua maturidade seria conhecido como “teoria do valor”. Nisso se deduz que por não controlar o processo de trabalho, ocorre uma relação inversa de que “quanto mais ele produz, mais pobre ele se torna”. (2010, p. 81). Mais a frente o autor começa a justificar essa “estranheza” do trabalhador com sua obra, e todo processo de *exterioridade* que pertence ao não trabalhador, ou doravante chamado de capitalista: o detentor dos meios de produção.

Este processo não ocorre somente no resultado, mas também durante a própria atividade (2010a, p. 82). De fato, não ocorrem “trocas voluntárias” como pressupunha os economistas que o antecederam. O trabalho é apenas um “meio de satisfazer carências fora dele” (p. 83, 2010), envolvendo, portanto um processo de “mortificação”. “Ele [isto é, o trabalhador] não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve nenhuma energia física ou espiritual livre.” (2010, p. 82).

Dito isso podem ser concebidas quatro formas de estranhamento, que foram parcialmente esboçadas até aqui. Primeiro, a relação com seu produto de trabalho, este objeto lhe parece estranho e poderoso. Segundo, diz respeito ao próprio ato de trabalho, resultando em “miséria, impotência e castração” (2010, p. 85). Terceiro, o homem estranha a si mesmo, sua própria existência, seu próprio corpo e sua “essência espiritual”. Quarto e por último, o trabalhador se torna apenas um “sujeito físico” do seu trabalho, tendo sido usurpado do pertencimento ao seu objeto de criação, seu ato de trabalho e a si mesmo. O próximo passo é estranhar a relação com outros homens. (2010, p. 86).

Neste processo, o trabalhador se deflagra com o capitalista, aquele que detém a propriedade privada dos meios de produção (p. 87, 2010). Consequentemente, o capitalista aparece como mediador do conseqüente estranhamento causado pela propriedade privada, já que esta exterioriza o trabalho de seu criador.

Usando de sua prerrogativa como detentores dos meios de produção, os capitalistas se especializaram ao longo das épocas em apaziguar ou camuflar o conflito entre o capital e o trabalho. Neste ponto, podemos invocar outro texto que nossos amigos roedores permitiram que chegassem até nós: *A Ideologia Alemã*, escrita em conjunto com Friederich Engels. Nesta obra os autores dirigem críticas a concepção filosófica dos ditos “hegelianos de esquerda”, em especial Ludwig Feurbach, Bruno Bauer e Max Stiner, procurando mostrar como esses filósofos, embora se pretendendo críticos da sociedade, mantinham suas posições filosóficas dentro da tradição idealista. Marx e Engels empregam “ideologia” em um sentido negativo. Uma visão distorcida, ou mascarada da realidade. Isso pode ser ilustrado nesta passagem:

A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. (...) São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real (...). Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (Marx; Engels, 1998, p. 18-20).

Fica claro que tanto as produções de consciência, quanto a própria ideologia, aparecem como uma forma de representação. Ou melhor, como “falsas representações” da

realidade concreta. Produz-se com isso uma forma de alienação da consciência humana, camuflando sua situação real de existência (as relações de produção). A ideologia é produto de uma estrutura social profundamente desigual, e, portanto não transparente. Já que esta desigualdade não pode explicitar-se no nível da consciência. Evitar que isso aconteça é sua tarefa.

Além disso, ideologia tem um significado de ser um constructo bem elaborado, apesar de falso. De certa forma, o termo será retornado por autores marxistas posteriores². Ideologia, teoria e ciência, podem ser classificadas como sistemas mais amplos de representação (VIANA, 2008). Uma ideologia consistiria numa sistematização de uma representação simples, ou “cotidiana”.

Nesse ponto retornaremos as questões que dizem respeito à aparência e a essência. O efeito produzido pela ideologia – ou por uma concepção ideológica do real – representa um sentido socialmente construído e motivado por interesses de dominação. Em suma, os valores produzidos pela classe dominante transparecem de forma universal.

Outra questão importante que tange a teoria de Marx – que também diz respeito às representações – é a categorização de consciência. Em primeiro lugar, deve-se tomá-la como uma determinação histórica. Isto quer dizer que estes indivíduos não tomam consciência nas “representações que fazem de si” ou nas “representações que os outros fazem deles”, mas em sua “existência real”, isto é, “condições e limites independentes da sua vontade” (1998, p. 18).

A consciência é um produto social, estabelecido com o meio sensível, isto é, a natureza e posteriormente do contato com outros seres humanos. Desenvolvendo-se conforme o desdobramento de determinada civilização, sendo essa diretamente ligada à divisão social do trabalho (MARX, 1998). A partir dessa dicotomia estabelece-se a separação entre trabalho “material” e “intelectual”. Esses aspectos corroboram diretamente para constituição de uma ideologia. Normalmente apesar da limitação causada pela consciência, ela também contém em si o seu rompimento. Isso está diretamente ligado à condição de exploração de classe:

O proletariado, devido ao fato de não desenvolver todas as atividades sociais, mas apenas aquelas que a divisão social do trabalho lhe permite,

² Viana ressalta a contribuição de Korsch, Lúkacs e Gramsci, para o estudo de “representações cotidianas” (VIANA, 2008).

também possui uma consciência limitada, mas que graças à sua posição específica na divisão social do trabalho, é mais desenvolvida do que a de qualquer outra classe social. Isto ocorre devido ao fato de que, junto com a limitação de suas atividades, existe a exploração e a dominação às quais o proletariado está submetido e daí seu interesse em superá-las e desta forma poder realizar a ‘crítica desapiedada do existente. (2008, p. 117).

À vista disso, o ser humano sente uma “força estranha” que age sobre si e impede o acesso total a consciência, ou a seu aspecto “omnilateral” (1998, p. 28). Para o autor, a chamada “consciência de classe” seria a consciência da sua situação de dominação, e esta ocorreria com o agravamento das contradições citadas acima, criando um abismo entre o trabalho intelectual e o braçal. Tal tomada de consciência se expressaria na prática, por meio da luta de classes.

Ideologias do trabalho e formas de controle do capital sobre a força produtiva

Nos embates da relação capital/trabalho, novas formas de gerência e sofisticação foram criadas para apaziguar as contradições inerentes ao processo de trabalho estranhado. O que mostraremos a seguir é como a “gerência científica” se utiliza de várias formas criativas e se reinventa constantemente para o controle e exploração do trabalho.

Devemos lembrar que após Marx ter escrito suas obras as formas de exploração dos trabalhadores se incrementaram bastante. Neste ponto é preciso destacar que mesmo tendo uma relação estranhada com o mesmo, ainda existia um “razoável controle” sobre o processo trabalhista (BRAVERMAN, 1981). O afastamento dos trabalhadores sobre sua própria produção envolveu uma longa jornada com muitas batalhas. É possível afirmar que durante os séculos XIX e XX o capitalismo se encontrava em uma fase de transição, em que o controle do trabalho era “parcial”, com uma divisão rudimentar do trabalho (1981, pp. 64-65). Mas porque disciplinar o trabalho? Afinal, a humanidade sempre produziu bens de consumo ao longo de sua existência. A questão que está em jogo é justamente o subjugo do “trabalhador ao não-trabalhador” como relatado por Marx, nos *manuscritos*. .

Era preciso criar uma ponte entre o capital e o trabalhador, algo que pudesse reduzi-lo a um simples executor de tarefas. Assim surge a gerência, um novo posto burocrático administrativo que funcionava como uma forma de coerção do trabalho:

O controle sem centralização do emprego era, senão impossível, certamente muito difícil, e assim o requisito para a gerência era a reunião

de trabalhadores sob um único teto. O primeiro efeito de tal mudança era impor aos trabalhadores horas regulares de trabalho, em contraste com o ritmo auto-imposto que incluía muitas interrupções, meio-expedientes e feriados, e em geral impedia a extensão da jornada de trabalho para fins de produzir um excedente nas condições técnicas então existentes (BRAVERMAN, 1981, p. 61).

A essa altura é possível relacionar os dois textos citados de Marx com os relatos de esboço de gerência relatados por Braverman. Primeiro, a modalidade de estranhamento do trabalhador para com a sua obra e seu ato de trabalho começa a se justificar nessa passagem. Segundo, percebe-se o início de uma separação entre o citado “trabalho material” e o “trabalho intelectual”. Contudo, essa divisão estava apenas em seu embrião. Frederick Taylor foi o indivíduo que mais incrementou a gestão do trabalho no século XX. Sua busca foi consolidar um desprendimento total dos trabalhadores sobre seu ofício. Algo que ficará conhecido como “gestão científica” (1981, p. 82).

Taylor foi um indivíduo extremamente inteligente e metódico, assim sendo – trabalhando como gerente subordinado aos patrões – buscou desenvolver métodos que aumentassem a produção de bens de consumos assim como sua velocidade. Não é exagero dizer que Taylor contribuiu drasticamente para o aumento da mais-valia relativa de seus empregados. O objetivo dessa prática era: “(...) retirar do trabalho qualquer poder de decisão ou controle que o trabalhador tivesse” (1981, p. 86).

A “gestão científica” possui alguns princípios. Primeiro, dissociar o processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores. Segundo, a divisão na execução de tarefas rotineiras. O que se desdobra no terceiro princípio: Utilizar esse monopólio de conhecimento para controlar todo processo e retirar do trabalhador qualquer capacidade de “intervenção na concepção do trabalho” (2010, p. 96).

Contudo, a “gestão científica” de Taylor – que na verdade é uma técnica, não uma ciência – só foi implantada em grande escala anos depois nas esteiras de produção da fábrica de Henry Ford. O tempo passou a ser milimetricamente cronometrado: 8 horas de trabalho, 8 horas de sono, 8 horas de lazer. O tempo livre do trabalhador também foi subjugado às relações instituídas pela ideologia dominante.

Porém, é no período de pós-segunda guerra que se consolida o que podemos chamar de “fordismo”, em que a presença do Estado para a manutenção desse modelo se torna crucial. Isso ocorre principalmente nos países centrais, ou como eram chamados naquela

época, “países de primeiro mundo”. O fato de tal institucionalidade ter sido cunhada, segundo Harvey, tornou o fordismo “não apenas uma forma de gestão do trabalho, mas uma forma de acumulação” (HARVEY, 2012, p. 117).

O período de pós-guerra foi o período histórico onde o pacto capital e trabalho foi mais bem sucedido para os capitalistas. Pela primeira vez – pelo menos nos países centrais – o mercado e o Estado, conseguiram cooptar os sindicatos e a luta dos trabalhadores, retirando o caráter radical e revolucionário:

Não obstante, as organizações sindicais burocratizadas foram sendo cada vez mais acuadas (às vezes através do exercício do poder estatal repressivo) para trocar ganhos reais de salário pela cooperação na disciplina dos trabalhadores de acordo com o sistema fordista de produção (...). O acúmulo de trabalhadores em fábricas de larga escala sempre trazia, no entanto, a ameaça de uma organização trabalhista mais forte e do aumento do poder da classe trabalhadora – daí a importância do ataque político a elementos do movimento operário depois de 1945. (2012, p. 129).

No entanto, no período entre 1966-1975, o fordismo começa a entrar em colapso e se revela insustentável como regime de acumulação. Nesse processo surge a chamada acumulação flexível³. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados dos produtos e padrões de consumo. Envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como regiões geográficas, pois o mercado de trabalho passou por uma reestruturação (HARVEY, 2012). Nesse ponto, cabe ressaltar o grande golpe que os trabalhadores dos países centrais sofreram. Os sindicatos cooptados e burocratizados não conseguiram esboçar uma reação satisfatória, quando muito já não estavam alinhados com a burguesia. No próximo item serão debatidas as consequências desses processos dentro do mundo do trabalho.

Estranhamento ao trabalho e ideologias de controle

Na introdução da parte dois do livro *Condição Pós-Moderna*, Harvey faz importantes considerações sobre o trabalho. Apesar de óbvia, ilustra bem sua submissão ao capitalismo:

³ É importante lembrar, que Viana na obra *O Capitalismo na era da Acumulação Integral* (2009), faz uma crítica consistente a ideia de flexibilidade, tratando a acumulação como “integral” e não como “flexível”. O que significa que o fordismo em si não acabou como modelo, e sim convive com outros modelos de acumulação, por isso o termo integral.

Todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias-primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato fez o trabalho. A familiarização dos assalariados foi um processo histórico bem prolongado (e não particularmente feliz) que tem de ser renovada com a incorporação de cada nova geração de trabalhadores à força de trabalho. (2012, p. 119).

Cada regime de acumulação possui suas próprias formas de apropriação da força de trabalho, havendo sempre a necessidade de novas formas de habituação. A grande diferença é que no “modelo fordista” o trabalhador era tratado como um “ente vazio”, ou como chamado por Taylor o “homem boi” (1981, p. 120). Isso significa que os trabalhadores se tornaram “corpos isolados e dóceis desprovidos de qualquer iniciativa” (DEJOURS, 1992, p. 42).

A retirada do *Know-How* do trabalhador promovida por Taylor coloca em choque uma “história personalizada”, ou uma trajetória de vida, com o processo de trabalho. Dejours chama esse efeito de “despersonalizante” (1992, p. 43), o que se assemelha com a questão do estranhamento em Marx. O efeito dessa despersonalização significa que durante e após o trabalho, muitos devaneios ou procrastinações, podem ser usadas como uma forma de fuga. O que nada mais é que um exercício de estranhamento.

A grande diferença do regime de acumulação fordista para o de acumulação flexível, no que diz a respeito à gestão, é o que Roberto Heloani chamou de “apropriação da subjetividade do trabalhador” (HELOANI, 2003, p. 105), traduzido no discurso empresarial como “administração participativa”. Em suma, o dispêndio intelectual do trabalhador é recolocado no processo de execução do trabalho, mas não lhe cabendo o poder de decisão:

Dentro de um sistema altamente competitivo e flexível, a empresa pós-fordista estimula o desenvolvimento da ‘iniciativa’, da ‘capacidade cognitiva’, do ‘raciocínio lógico’ e do ‘potencial de criação’ para que os funcionários possam dar respostas imediatas a soluções dos problemas. Ao passo que delega algum poder de decisão (propícia certa autonomia), a empresa precisa manter um controle indireto sobre a atuação de seus empregados, o que estes assimilem e incorporem suas regras de funcionamento como elemento de percepção, chegando num último estágio, ao reordenamento da subjetividade dos trabalhadores, visando garantir a manutenção de normas empresariais. A subjetividade é assim tomada, na lúcida observação de Enriquez, como um recurso a mais a ser manipulado, um engodo por parte do capital, para que os trabalhadores,

‘crendo que sua subjetividade foi reconhecida ponham a serviço do capitalismo todo seu potencial físico, intelectual e afetivo. (HELOANI, 2003, p. 106).

O que estava em jogo para Taylor era o esvaziamento ou a separação do “trabalho braçal” e “intelectual”. Já na acumulação flexível ou pós-fordismo ocorre uma reaproximação da “subjetividade” do trabalhador para com sua atividade, mas esta mediada justamente pelo capital. Mais adiante, Heloani lembra ainda que a visão taylorista é parcialmente conservada, pois há “o incentivo à cooperação entre chefias e trabalhadores” (2003, p. 122). A diferença crucial se dá justamente nessa “subjetividade”. Enquanto no fordismo ela deveria ser aniquilada, na acumulação flexível forjou-se um novo tipo que atendesse aos interesses do capital.

Cabe agora citar como funciona essa suposta “administração participativa”. O grande marco que delimitou essas participações foi a criação dos *centros de controle de qualidade* (CCQ). Criado por psicólogos do trabalho norte-americanos, esta técnica teve sua experimentação concreta no Japão. Na aparência os CCQs, representam uma forma de “autocontrole” ou “autodesenvolvimento” das capacidades dos trabalhadores de determinada fábrica ou empresa, pois supostamente teriam maior participação em sua gestão. A participação seria “voluntária”, onde um pequeno grupo de pessoas coordenaria atividades a respeito do processo de trabalho, em suma, isso representaria a “integração” do trabalhador na gestão (HELOANI, 2003).

Todavia, é preciso salientar algumas questões. Primeiro o que se discute nesses espaços é bem limitado, serve muito mais como uma “diminuição de gastos com a gerência”, já que o próprio trabalhador iria se “envolver e gerenciar a si mesmo”. (2003, p. 153). Segundo, apesar do discurso de participação e autonomia, a hierarquia não deixa de existir, os funcionários de chão fábrica não detêm parcelas majoritárias em cotas de participação na empresa onde trabalham. Além disso, o CCQ tem aspecto apenas consultivo, não há poder deliberativo. Isso coloca em cheque a questão da “voluntariedade”. Será que as pessoas participam voluntariamente ou porque tem medo de perder seus empregos? E terceiro, as discussões são pautadas exclusivamente em torno da “produtividade e questão de custos”. Obviamente, salários e a mais-valia extraída dos trabalhadores são itens que ficam de fora dos debates (HELOANI, 2003).

Essa chamada – do ponto de vista patronal – “administração compartilhada”, significa também aumentar as responsabilidades que os trabalhadores têm em sua atividade

laboral. Em suma, o aumento de responsabilidades em conjunto com a perda de direitos trabalhistas derivados da nova organização do trabalho, implica em sérias consequências na vida dos indivíduos.

O que há em comum entre os dois regimes de acumulação é a necessidade de criar um tipo específico de trabalhador por meio da ideologia. Nesse ponto, Richard Sennett, trabalha com a ideia de que o atual mundo do trabalho é “ilegível” para aqueles que o habitam. O aumento de responsabilidades os obriga a “jogar” e se “arriscar” cada vez mais (2010 p. 24-27). Pois diferente dos seus antepassados seria impossível manter-se em um emprego durante muito tempo.

Ao longo do livro, Sennett conta a história de algumas pessoas e a ideia de que o trabalhador contemporâneo precisa se “adaptar”, ter várias “redes” para manter-se vivo no mercado de trabalho. Na obra, ele conta a história de um empresário chamado Rico, filho de um zelador, chamado Henrique. O pai diferente do filho teve um emprego estável, que apesar do baixo salário lhe garantiu uma casa no subúrbio de Boston (SENNETT, 2010). O filho ao contrário, troca de emprego constantemente e se depara com a ideia de “fracasso” constantemente. A cada emprego que perde ou troca, lhe ocorre o “medo” por se aventurar ou “arriscar” em um novo empreendimento (p. 94, 2010). Isso é outro aspecto muito importante no trabalho moderno, o “fracasso” se torna uma culpa individualizada do próprio sujeito:

Rico vive em num mundo caracterizado, ao contrário [diferente do pai] pela flexibilidade e o fluxo em curto prazo; esse mundo não oferece muita coisa, econômica ou socialmente, para a narrativa. As empresas se dividem se fundem, empregos surgem desaparecem, como fatos sem ligações. A destruição criativa, disse Schumpeter, pensando nos empresários, exige pessoas à vontade em relação a não calcular as consequências da mudança, ou a não saber o que virá depois. A maioria das pessoas, porém, não se sente à vontade com a mudança desse modo indiferente, negligente. (2010, p. 32)

O título do livro *A Corrosão do Caráter*, deriva justamente disso: Um sentimento de insegurança e individualizações de responsabilidades no mundo do trabalho, gerando dificuldades em construir seus elos e identidades, pois estas estão em constante mudança. No entanto, Sennett apesar dos minuciosos relatos descritivos – muitas vezes quase etnográficos – não vai muito além da aparência ou das próprias representações de consciência de classe que os trabalhadores fazem da sua própria realidade.

O que autor traduz como “insegurança” ou mundo do trabalho como sendo “ilegível” (2010, p. 75), é o estranhamento que pesa sobre os indivíduos que vendem sua força de trabalho. Em um sentido marxiano, isso significa sua consciência de classe, ou uma representação.

Cabe finalmente entrar nas considerações sobre o que podemos chamar de representações que os indivíduos produzem em sua consciência. Marx ressaltava que os sujeitos são reais e históricos por travarem relações uns com os outros, e sua consciência é delineada por esse processo. Chegamos assim a uma última questão: Será que esse sentimento de “insegurança”, ou o próprio estranhamento com as relações de trabalho, não está ensejando justamente um sentimento de negação para a transformação da realidade? Nos últimos anos, acontecimentos como *occupy Wall Street* (2011) e as manifestações de Rua no Brasil (2013), mostraram como apesar do forte aparato da ideologia dominante, é impossível conter as contradições inerentes ao próprio capitalismo.

Referências Bibliográficas

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. 3º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DEJOURS, Jacques Christophe. *A Loucura do Trabalho*. 5º ed. São Paulo: Cortez, 1992.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. 22º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HELOANI, Roberto. *Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado: História da Manipulação Psicológica do Trabalho*. 1º ed. São Paulo: Atlas Cultural, 2003.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. 1º. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULO NETO, José. *Introdução ao Estudo do Método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter*. 15º ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

VIANA, Nildo. *Senso Comum, Representações Sociais e Representações Cotidianas*. 1º ed. Bauru: Edusc, 2008.